

LOPES, Marcos Antônio. *Mestres do passado: clássicos da sabedoria política moderna*. Londrina: Eduel, 2009. \*

*Thiago Rodrigo Nappi* \*\*

---

Um conjunto variado de temas - eis o que nos revela *Mestres do passado*, coletânea de ensaios do historiador Marcos Antônio Lopes. A obra apresenta a análise de alguns autores que a tradição interpretativa tem considerado como as grandes figuras do pensamento político moderno. De Maquiavel a Montesquieu, passando por Morus, Hobbes e Locke, o livro reúne uma seleção de filósofos tão diferentes quanto interessantes. O autor se empenhou em incluir no grupo figuras menos prováveis de ocorrer numa história do pensamento político. São elas o místico italiano Giordano Bruno, o bispo francês Jacques-Bénigne Bossuet e o intrépido Voltaire, autores que comumente são deixados de lado nas obras do gênero.

O ensaio de abertura do livro intitula-se "Para viver na posteridade: as tradições intelectuais e a permanência das obras de pensamento". Ao final, o artigo "Esticando conceitos" funciona como um apanhado bastante sugestivo sobre o complexo conceito de política e de Estado tomado numa linha de continuidade que parte de Platão e Aristóteles para chegar a Marx, Weber e Bobbio. Ainda que separados pelos capítulos de exegese de textos clássicos da história da filosofia política moderna, textos que cobrem os séculos XVI, XVII e XVIII, os ensaios em referência são dois momentos nos quais Lopes discorre sobre conceitos operacionais e metodologias interpretativas e acerca de como ler as obras do passado. Ao abordar as ideias em perspectiva histórica, sempre tentando inseri-las nos sistemas de crenças aos quais pertenceram, o autor evita a análise meramente conceitual, que normalmente leva a equívocos comuns como a tendência a extrair dos clássicos lições doutrinárias descabidas para os problemas do presente das sociedades ocidentais e democráticas do século XXI. É preciso, de fato, como afirma o autor, evitar ao máximo os anacronismos nos quais recaem com frequência algumas concepções teóricas vesgas e claudicantes que, ao explorarem as dimensões meramente conceituais dos grandes textos, entendem que a função de alguns deles é orientar o rebanho de leitores

---

\* Texto recebido em 13 de outubro de 2009 e aprovado em 26 de outubro de 2009.

\*\* Graduado em Ciências Sociais pela UEL.

rumo à salvação coletiva. Em sentido interrogativo e problematizador, o ensaio de abertura pretende sinalizar para o que vem a ser um autor que conta, para o que de fato caracteriza uma obra clássica, particularmente na esfera do pensamento político. Afinal, no último capítulo o autor, ao “esticar” os conceitos instrumentais da teoria política, elabora algumas críticas a determinadas ortodoxias existentes no interior das Ciências Humanas, destaque dado a uma linhagem mais vulgar de marxismo que ainda vigora em determinados nichos acadêmicos. Apesar, porém, desses desenvolvimentos mais amplos e bastante úteis sobre teorias e métodos de pesquisa em história do pensamento político, o foco do livro centra-se mesmo é na análise de alguns sistemas filosóficos da Época Moderna.

Conquanto o autor tenha tentado buscar um equilíbrio para os capítulos que constituem sua coletânea, há dois momentos que talvez possam ser considerados como os pontos mais elevados de *Mestres do passado*. O primeiro deles é o capítulo “Maquiavel: o que um príncipe precisa saber para ser virtuoso”; o outro - sem dúvida a análise mais densa e reveladora do livro - é o artigo “Thomas Hobbes: a dessacralização da realeza”. Em ambos os textos Lopes demonstra desenvolver uma reflexão madura sobre as obras dos próprios autores em questão, além de também dar mostras de um domínio incontestável do vasto campo de seus respectivos comentadores. Em relação a Maquiavel, destaca-se a passagem na qual o autor focaliza a temática da “lógica da economia da violência”, conceito elaborado por Sheldon Wolin que permite entrever a violência maquiaveliana como uma energia regeneradora e/ou criadora das sociedades políticas rumo à tão sonhada estabilidade, segundo os mais caros horizontes de expectativas do escritor de Florença.

No texto sobre Hobbes, Marcos Lopes reconstitui alguns traços centrais da época em que o filósofo inglês viveu e produziu sua obra política. Nesse capítulo, várias são as passagens relativas às concepções políticas de Hobbes e, especialmente, acerca de sua original compreensão sobre a natureza do poder monárquico na Inglaterra do século XVII, o que faz dele um antagonista das noções tradicionais do absolutismo. Ainda que tenha se detido um pouco mais em *Leviatã*, Lopes demonstra que há uma unidade nos textos políticos de Hobbes, unidade que deveria culminar na constituição de uma sociedade essencialmente regulada pela lei. Sempre aplicado ao domínio intertextual das ideias, observa-se nas análises de Lopes uma série de contrapontos que incluem comparações entre Maquiavel e Hobbes por meio das quais se explicita o caráter paradigmático dos dois pensadores naquilo que particularmente se refere

à dessacralização da política. Fica-se sabendo, entre outras coisas, de uma possível maior relevância de Hobbes em tal terreno, pois foi ele quem mais fortemente contribuiu para a despersonalização da política, como é demonstrado em detalhes ao longo do texto. Ainda que avance para abordagens mais sofisticadas típicas do ensaísmo acadêmico, que não tece nenhum compromisso com dogmatismos tendentes a compreender Hobbes exclusivamente como a besta negra dos regimes autoritários, é preciso lembrar que o livro tem em suas pretensões didáticas outro de seus pontos fortes. Disso deriva explicações mais extensas do tradicional universo temático hobbesiano, como a ideia do contratualismo, do estado de natureza, do estado civil, etc.

Em *Mestres do Passado*, dando sequência ao ensaio sobre Maquiavel, há ainda dois capítulos sobre autores do século XVI: os ensaios “Thomas Morus: um capítulo na história das ilusões políticas” e “Giordano Bruno: na contracorrente do realismo político”. Ao refletir sobre Morus, o historiador prende-se efetivamente a sua obra máxima, *Utopia*, texto em que o humanista cristão inglês idealizou uma comunidade perfeita – daí o seu título especialmente inventado para a ocasião. Colado à sua época, Morus é apresentado como um crítico feroz das questões sociais, e também como autor de uma obra inserida na tradição denominada “espelhos de príncipes”, segundo também entende o historiador inglês Quentin Skinner. Para além do conteúdo preceptivo constante de sua *Utopia*, destinado a servir à instrução dos reis comprometidos com o ideal de felicidade de seu povo, a filosofia política do autor quinhentista nunca deixou de ser concebida como uma veemente sátira aos novos e avassaladores usos e costumes do mundo moderno, quando a força deletéria da cobiça e do dinheiro passou a dirigir o destino dos homens.

Com o ensaio acerca das ideias difusas de Giordano Bruno sobre política e poder, *Mestres do passado* parece abrir uma lacuna no que poderia ser considerado como a continuidade natural dos capítulos, mesmo sendo o livro uma coletânea de ensaios que, de início, não passavam de notas de aulas, como confessa o autor em sua apresentação. O próprio autor chama a atenção para o fato de se tratar de uma análise sobre um filme histórico, e não propriamente da interpretação de uma ou mais obras de pensamento político. De fato, a obra de Bruno insere-se cronologicamente entre a filosofia política de Maquiavel e a de Hobbes. Não obstante, como adverte o historiador, ele não foi um pensador político propriamente dito. De todo modo, o capítulo não escapa à

evidência de parecer deslocado do restante da obra. Digno de nota também é a ausência não explicada e incômoda de um gigante da filosofia política do século XVI, Jean Bodin, cujas ideias aparecem apenas em esparsas e insuficientes alusões ao longo dos artigos.

No texto “John Locke: a invenção dos direitos naturais”, o leitor que pensa ser apresentado sem rodeios ao pensamento do autor de *Dois tratados sobre o governo* ficará certamente frustrado, pois o texto demora a adentrar nas peculiaridades do pensamento político de Locke. Isso acontece pelo fato de o capítulo oferecer toda uma exposição histórica sobre o conceito de direito natural, conceito construído ao longo do século XVII pela atividade de uma série de pensadores como Pufendorf, Grotius, o próprio Hobbes e também Spinoza. Do pensamento político de Locke a substância é um pouco magra, o que não significa que deixe de ser particularmente interessante, por exemplo, o desenvolvimento de temas como os direitos naturais, além da originalidade lockiana, que o autor houve por bem situar nas sempre complexas e tensas relações entre o Estado e os indivíduos.

O ensaio que segue é “Bossuet: a pertinência dos fósseis filosóficos”. Segundo Lopes, Bossuet é o caso ilustrativo de um autor que há muito “goza” de um imerecido esquecimento no campo da história da ideias. Seja por fundamentar a política exclusivamente nas Sagradas Escrituras, seja pelos anacronismos derivados de uma tal filosofia, Bossuet é realmente um “fóssil filosófico”, mas nem por isso deveria deixar de ser lido. Mesmo que não fosse pelo fato de ter sido um escritor arguto – portanto, revelador das questões políticas cruciais dos tempos de afirmação do absolutismo monárquico de direito divino, do qual Luís XIV foi a mais perfeita representação e encarnação histórica - Bossuet é percebido por Lopes como uma espécie de bússola que nos guia no sentido de adquirirmos cultura filosófica e boa informação histórica. De instigante no capítulo, destaca-se a aplicação feita por Bossuet das lições do passado, no sentido de alcançar os melhores resultados em meio aos renhidos embates entre o príncipe cristão e os adversários da boa e velha ordem das coisas, tanto mais sagrada quanto maior for a sua antiguidade.

Em “Voltaire: contra o direito divino”, tem-se a análise de um filósofo que odiou ao máximo os sistemas, fossem eles filosóficos, literários, religiosos ou de qualquer outra ordem. Ainda que concebido como autor datado e escritor menor em de história das ideias políticas, principalmente quando se pensa em nomes contemporâneos como Montesquieu e Rousseau, o autor de *Mestres do passado* insere Voltaire

entre os autores que contam. Aqui, Lopes demonstra grande domínio das peculiaridades voltairianas, revelando uma obra extremamente rica em temas políticos de relevo, mormente quando se toma como projeto intelectual compreender um autor em seus próprios termos, ou seja, como ele concebia a si mesmo. Nesse particular, Lopes estabelece vínculos declarados com uma história contextualista das ideias, em uma linha inequivocamente collingwoodiana. No plano das ideias políticas de Voltaire é de fato bem interessante notar a ácida ironia do filósofo em seus mais variados escritos, pois Lopes reúne obras filosóficas, textos literários e trabalhos históricos do polígrafo iluminista, tudo isso com vistas a extrair de Voltaire uma compreensão das faces cômicas de um assunto tratado sempre com sisudez e circunspeção. Outro ponto forte do capítulo é a caracterização que Voltaire faz acerca dos reis, dessacralizando visceralmente a tradicional realeza do Antigo Regime. Mas nesse ponto não se pode perder a oportunidade de assinalar outra lacuna num livro dessa natureza: o “cidadão de Genebra” é outro herói ausente e as referências a Rousseau, quando aparecem, são breves contrapontos a tais e tais argumentos dos diferentes autores.

Na sequência, o último pensador político retratado é o ultraespírituoso Barão de La Brède, com as suas críticas mordazes aos déspotas de todas as extrações. No ensaio “Montesquieu: ‘Aqueles governos monstruosos’” a brevidade da análise sobre o conceito de despotismo cria uma sensação de vazio. Apesar, porém, de apresentar certo ar telegráfico, o artigo foi bem talhado por Lopes, que se ateu em demonstrar um aspecto específico do filósofo: o incômodo provocado pelos regimes que fizeram do medo a “mola” de seu funcionamento. Assim é que Lopes estabelece diferenças conceituais muito relevantes entre despotismo e tirania, entre despotismo e absolutismo, dando uma explicação histórica e culturalmente fundada - e isso desde Aristóteles - para cada espécie de tais regimes políticos. Contudo, apesar da esmerada redação e da explicação objetiva, o autor não deixa de frustrar o leitor, pelo fato de não elaborar um desenvolvimento um pouco mais amplo sobre o vasto pensamento político de Montesquieu.

Numa avaliação de nível mais generalizante, *Mestres do passado* é formado por um conjunto de textos esclarecedores e de agradável leitura. O autor demonstra conhecimento temático e controle de foco ao longo dos dez ensaios. O ponto alto do livro pode até ser um capítulo isolado, conforme já sugeri acerca da análise sobre Thomas Hobbes, mas os demais textos não estão em descompasso tão evidente a ponto de

prejudicar a noção de conjunto, embora no capítulo acima referido sobre Montesquieu o autor deixe a impressão de que desejou economizar na munção. Mesmo que se considerem pontos mais vulneráveis num trabalho com essas características, *Mestres do passado* não está longe de realizar aquilo que se propõe: constituir-se em primeira leitura e/ou em leitura de orientação a alunos de graduação em ciências humanas.

